

Novo CPC

O que mudou?

aula 17

CPC-2015:

Art. 284. *Todos os processos estão sujeitos a registro, devendo ser distribuídos onde houver mais de um juiz.*

CPC-2015:

Art. 285. *A distribuição, que poderá ser eletrônica, será alternada e aleatória, obedecendo-se rigorosa igualdade.*

Parágrafo único. *A lista de distribuição deverá ser publicada no Diário de Justiça.*

CPC-2015:

Art. 286. *Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza:*

I - quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada;

II - quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda;

III - quando houver ajuizamento de ações nos termos do art. 55, § 3º, ao juízo prevento.

(...)

CPC-2015:

Art. 55. *Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.*

§ 1º *Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.*

§ 2º *Aplica-se o disposto no caput:*

I - à execução de título extrajudicial e à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico;

II - às execuções fundadas no mesmo título executivo.

§ 3º *Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, **mesmo sem conexão entre eles.***

CPC-2015:

Art. 286. *Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza:*

I - quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada;

II - quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda;

III - quando houver ajuizamento de ações nos termos do art. 55, § 3º, ao juízo prevento.

(...)

.....
Art. 59. *O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.*

CPC-2015:

Art. 286. *Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza:*

I - quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada;

II - quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda;

III - quando houver ajuizamento de ações nos termos do art. 55, § 3º, ao juízo prevento.

Parágrafo único. *Havendo intervenção de terceiro, reconvenção **ou outra hipótese de ampliação objetiva do processo**, o juiz, de ofício, mandará proceder à respectiva anotação pelo distribuidor.*

CPC-2015:

Art. 287. A petição inicial deve vir acompanhada de procuração, *que conterà os endereços do advogado, eletrônico e não eletrônico.*

Parágrafo único. Dispensa-se a juntada da procuração:

I - no caso previsto no art. 104;

II - se a parte estiver representada pela Defensoria Pública;

III - se a representação decorrer diretamente de norma prevista na Constituição Federal ou em lei.

CPC-2015:

Art. 105. A procuração geral para o foro, outorgada por *instrumento público* ou *particular assinado pela parte*, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, exceto receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, que devem constar de cláusula específica.

§ 1º A procuração pode ser assinada digitalmente, na forma da lei.

§ 2º A procuração *deverá conter o nome do advogado, seu número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e endereço completo.*

§ 3º *Se o outorgado integrar sociedade de advogados, a procuração também deverá conter o nome dessa, seu número de registro na Ordem dos Advogados do Brasil e endereço completo.*

(...)

CPC-2015:

Art. 287. A petição inicial deve vir acompanhada de procuração, que conterà os endereços do advogado, eletrônico e não eletrônico.

Parágrafo único. Dispensa-se a juntada da procuração:

I - no caso previsto no art. 104;

II - se a parte estiver representada pela Defensoria Pública;

III - se a representação decorrer diretamente de norma prevista na Constituição Federal ou em lei.

Art. 104. O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, *salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente.*

§ 1º Nas hipóteses previstas no caput, o advogado deverá, independentemente de caução, *exibir a procuração no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período por despacho do juiz.*

§ 2º O ato não ratificado será considerado *ineficaz* relativamente àquele em cujo nome foi praticado, respondendo o advogado pelas despesas e por perdas e danos.

CPC-2015:

Art. 289. *A distribuição poderá ser fiscalizada pela parte, por seu procurador, **pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.***

CPC-2015:

Art. 290. *Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.*